

Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 agosto, DR n.º 164 Serie I

Introduz alterações no Código do IVA, no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e alguma legislação complementar, transpondo o artigo 4.º da Diretiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro, em matéria de localização das prestações de serviços, e a Diretiva n.º 2010/45/UE, do Conselho, de 13 de julho, em matéria de faturação, dando execução às autorizações legislativas constantes do artigo 128.º da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro.

Em Resumo:

- **A emissão de fatura é obrigatória para todas as transmissões de bens e prestação de serviços**, independentemente da qualidade do bens ou destinatário dos serviços e ainda que estes não a solicitem, qualquer que seja o setor de atividade em causa.
- **As faturas emitidas por meios eletrónicos, todo o seu conteúdo deve ser processado eletronicamente.** Nas faturas processadas através de sistemas informáticos, todas as menções obrigatórias, incluindo o nome, a firma ou a denominação social e o número de identificação fiscal do sujeito passivo adquirente, devem ser inseridas pelo respetivo programa ou equipamento informático de faturação. *Significa que deixa de ser possível a prática habitual de colocar manualmente os dados do cliente.*

Passa a existir apenas três tipos de documentos:

- Fatura
- Fatura simplificada
- Documento retificativo de fatura: guias ou notas de devolução, notas de débito e de crédito.

- **A indicação na fatura da identificação e do domicílio do adquirente ou destinatário que não seja sujeito passivo não é obrigatória nas faturas de valor inferior a (euro) 1000, salvo quando o adquirente ou destinatário solicite que a fatura contenha esses elementos.**
- **A indicação na fatura do número de identificação fiscal do adquirente ou destinatário não sujeito passivo é sempre obrigatória quando este o solicite.**

- A obrigatoriedade de emissão de fatura prevista pode ser cumprida através da emissão de uma *fatura simplificada* em transmissões de bens e prestações de serviços cujo imposto seja devido em território nacional, nas seguintes situações:

a) *Transmissões de bens efetuadas por retalhistas ou vendedores ambulantes a não sujeitos passivos, quando o valor da fatura não for superior a (euro) 1000;*

b) *Outras transmissões de bens e prestações de serviços em que o montante da fatura não seja superior a € 100.*

- Deixa de existir a noção de "fatura ou documento equivalente", passa apenas a existir "fatura". A expressão "documento equivalente" desaparece de todas disposições legais. Os sujeitos passivos não podem entregar documentos de "natureza" diferente de fatura.

Quais os requisitos das faturas simplificadas?

Devem se datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

a) Nome ou denominação social e nº identificação fiscal do fornecedor dos bens ou prestador dos serviços;

b) Quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados.

c) Preço líquido de imposto, taxas aplicáveis e o montante de imposto devido, ou o preço com a inclusão do imposto e taxa ou taxas aplicáveis;

d) Nº de identificação fiscal do adquirente ou destinatário, quando for sujeito passivo.

Devem ainda conter o nº de identificação fiscal do adquirente ou destinatário, que não seja sujeito passivo, quando este o solicite.

Quais as diferenças entre as faturas simplificadas e as outras faturas?

- Os dados do adquirente resumem-se ao NIF, não sendo obrigatório o nome e o domicílio do adquirente.
- Em relação aos dados do fornecedor apenas são necessários o nome ou denominação social e NIF, não sendo necessário o domicílio.
- Na designação dos bens ou serviços existe simplificação nos dados a apresentar.
- O imposto pode ser incluído no preço final.

[Detalhes do decreto lei, em formato pdf em anexo a este documento.](#)

[Ver também Ofício Nº 30136 de 2012-11-19, também em anexo a este documento.](#)

ID de solução Único: #1005

Autor: Wincode

Atualização mais recente: 2016-06-14 00:19